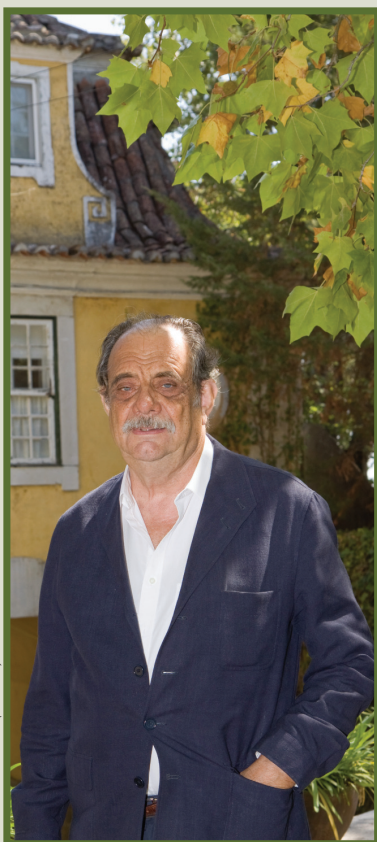


Associação Portuguesa das Casas Antigas

Hugo O'Neill



Fernando Ferreira (Setúbal)

30 anos a salvaguardar o património histórico e arquitectónico privado

A Associação Portuguesa das Casas Antigas (APCA), que já conta três décadas de existência, destaca-se pelo seu papel na área da conservação, valorização, estudo e divulgação do património privado português de interesse artístico e arquitectónico. Com o objectivo de melhor conhecer o perfil, o funcionamento e os futuros projectos da APCA, a *Pedra & Cal* teve uma conversa com o Dr. Hugo O'Neill, actual presidente da direcção. A entrevista teve lugar na sua propriedade, a Quinta das Machadas, em Setúbal.

petrasse. As duas personalidades responsáveis pela criação da APCA foram D. Sebastião de Lancastre, ainda membro da direcção e o principal impulsionador da Associação, e D. Vasco Bramão, já falecido e um dos grandes líderes da FAO (Organização das Nações Unidas para a Agricultura e a Alimentação), e também um grande impulsionador da APCA, que trouxe para Portugal a experiência das relações que mantinha com meios internacionais.

Qual é o perfil de sócios da APCA e quantos são?

São cerca de 400 sócios. Há, essencialmente, dois tipos: os sócios efectivos, proprietários das casas, e os sócios agregados, que são pessoas interessadas em ajudar a conservar e recuperar este património mantendo-o privado, embora disponível para desfrute pelo público.

Qual é a distribuição dos sócios a nível nacional? É heterogénea?

A nível nacional é bastante heterogénea, existindo uma maior densidade no Norte, sobretudo no Minho (na região do Lima e de Terras de Basto), e em Lisboa. Esta distribuição é compreensível dado que as

casas antigas (CA) estão associadas a famílias tradicionais ligadas à Coroa e ao Poder antigo. Efectivamente, a aristocracia portuguesa viveu sempre mais associada à Corte e ao sítio onde vivia o Rei e, muito menos – excepção feita aos aspectos relacionados com o Minho – a uma espécie de aristocracia local que, por exemplo, existiu em Inglaterra ou em Espanha, países onde o Feudalismo foi mais acentuado, e nos quais houve um outro tipo de distribuição ligado ao papel relevante destas famílias na economia regional. No Minho, houve um surto de solares, em especial, no final do século XVII e no início do século XVIII.

Atendendo a que a noção de CA é vastíssima, quais são os requisitos a que as CA devem obedecer para que os seus proprietários se tornem sócios da APCA?

O caminho é biunívoco: as pessoas procuram-nos ou nós procuramo-las. Contudo, a standardização é difícil e as admissões são avaliadas individualmente. Uma das regras principais é que a casa deve ser classificável como interesse histórico, local ou nacional. Outra condição é que a casa ainda represen-

A APCA celebrou recentemente 30 anos. Como e em que contexto surgiu a APCA?

A APCA foi criada em 30 de Janeiro de 1978, durante o Processo Revolucionário em Curso (PREC). Nessa altura, várias casas foram ocupadas e formou-se um movimento cujo objectivo era o de recuperar as casas para os seus legítimos proprietários. Pretendia-se, sobretudo, evitar a sua destruição o que, ainda assim, aconteceu. Portanto, este movimento constituiu uma importante reacção, por parte das pessoas que, legitimamente, quiseram defender o seu património e impedir, do ponto de vista legal, que esse género de assalto se per-

te o modo de vida desses tempos antigos. Infelizmente, as regras de protecção às CA são insignificantes como, por exemplo, a área de protecção mínima de 50 metros, que é insuficiente. Imensas casas perdem completamente o interesse que tinham quando foram construídas. Por conseguinte, questões como o papel que tiveram ou o perímetro que as rodeia contam para avaliar se têm condições para integrar a APCA. Essencialmente, pretendemos divulgar a “nobreza” das casas e ajudar na recuperação dessa nobreza, nos casos em que tal ainda seja possível. Ou seja, não há uma regra uniforme: fundamentalmente, as casas devem ser susceptíveis de classificação e representativas da identidade do património cultural português.

“Essencialmente, pretendemos divulgar a “nobreza” das casas e ajudar na recuperação dessa nobreza, nos casos em que tal ainda seja possível.”

trar formas de transformar as CA em centros de resultados e não de custos. Há várias orientações no sentido de melhorar, aumentar e, até, criar um rendimento para as CA, assim como de reduzir os custos com a sua conservação, permitindo aos proprietários obter economias nesse aspecto. Ou seja, não só fazer “obras baratas” mas promover um investimento o mais económico possível, cujo resultado a médio/longo prazo seja compensatório.

Em que medida a APCA pode apoiar os seus associados?

Por exemplo, as candidaturas [a fundos de protecção do património] da União Europeia são processos complicados que não estão facilmente ao alcance de alguém inexperiente no assunto. Pretendemos divulgar e

se apliquem na conservação/recuperação das CA dos associados, mas em que a gestão é feita pela APCA. Ainda assim, fomos conseguindo sucessos importantes, entre eles, o mais recente, a isenção do Imposto Municipal sobre Imóveis (IMI) para as casas classificadas. Quando nos comparamos com outros países europeus, verificamos que há imenso por fazer neste sector, nomeadamente quanto à responsabilidade de manter as CA. Em quase todos os sítios já existe, ou, pelo menos, está prevista, a possibilidade de descontar, no imposto de rendimento, o custo de manutenção das CA. Algo que, em Portugal, nem sequer está contemplado como hipótese. Outro aspecto, uma das principais preocupações, senão a principal, é conseguir que as CA sejam auto-



Quantas CA existem em Portugal e quais são os principais problemas com que se debatem os proprietários?

Calcula-se que existam cerca de 10 000 casas classificáveis enquanto casas de interesse histórico, tanto nacional como local, ou de interesse arquitectónico. Contudo, imensas CA estão na ruína dado que os proprietários acabam por se desinteressar, porque não possuem recursos para conservá-las ou, simplesmente, ao cabo de várias gerações, se esquecem da sua existência. Portanto, para minorar progressivamente este problema, queremos ajudar os sócios a encon-

facilitar o acesso a esses fundos e dar apoio na sua gestão.

Nesse sentido, estamos a organizar-nos internamente para podermos, eventualmente, assumir o papel de mediadores e de gestores de projectos por conta dos associados. Por exemplo, o principal fundo para a conservação do património está no QREN (Quadro de Referência Estratégico Nacional), cujo acesso está vedado aos privados. Estamos empenhados em proporcionar às pessoas, directa ou indirectamente, o acesso aos fundos – indirectamente, através da APCA (associação sem fins lucrativos), recolher verbas que

-sustentáveis. Em Portugal, as CA são uma despesa, em vez de uma receita e os herdeiros, não vendo benefícios na sua manutenção, acabam por desistir das mesmas.

Que tipo de actividades a APCA realiza?

Em Outubro, organizaremos uma visita aos solares do Minho, justamente para dar aos sócios a oportunidade de conhecerem estas CA. Actualmente, há pouca comunicação entre os sócios. Pretendemos, também, desenvolver um inventário dos jardins nacionais privados de relevo significativo, dado que o nosso país



“Imensas casas antigas estão na ruína dado que os proprietários acabam por se desinteressar, porque não possuem recursos para conservá-las ou, simplesmente, ao cabo de várias gerações, se esquecem da sua existência.”

apresenta uma cultura de jardins bastante antiga. Gostaríamos, igualmente, de devolver às CA as funções originais, tornando-as auto-sustentáveis. Pretendemos divulgar o papel desempenhado pelas CA, e, em alguns casos, repor a função social que detinham. Um exemplo do que pretendemos fazer encontra-se na organização, por vários proprietários de casas históricas europeias, de eventos com periodicidade regular (bailes, concertos, feiras, exposições), abrindo-as ao público, mantendo a tradição antiga e viabilizando economicamente estes espaços. Em Portugal, são poucas as casas, se há alguma, a manter este género de tradição, mas é algo que se

pode e deve fomentar: usar estas casas para transmitir localmente às pessoas uma mensagem cultural, tirando correctamente partido da sua existência. Neste sentido, algo que pretendemos organizar é um roteiro (que percorra algumas CA), uma semana por ano, que atraia pessoas da região, como, inclusivamente, algum turismo cultural que será uma das principais alavancas para o desenvolvimento do turismo em Portugal, quanto a mim, mais do que as praias. Efectivamente, em termos arquitectónicos, as casas portuguesas são únicas e, seja onde for, na Índia ou no Brasil, entrevê-se facilmente a sua ligação com a origem, com os padrões antigos

A ASSOCIAÇÃO PORTUGUESA DAS CASAS ANTIGAS

A génese da APCA remonta ao final da década de 70 do século passado, sendo constituída por escritura pública lavrada a 30 de Janeiro de 1978. Tendo por objectivos primordiais a conservação e valorização de bens patrimoniais privados de interesse histórico – nomeadamente quintas, casas, parques, matas e jardins –, bem como a protecção legal dos seus legítimos proprietários junto dos organismos públicos, a APCA constitui a primeira e única associação congregando um número significativo de casas históricas portuguesas. A associação contabiliza 400

associados, congregando especialistas, proprietários e amigos das casas históricas. A sua actuação foi reconhecida oficialmente pelo Estado Português, que lhe atribuiu o estatuto de Pessoa Colectiva de Utilidade Pública. A nível internacional, participa nas iniciativas da Europa Nostra e da União Europeia das Associações de Proprietários de Casas Históricas, organismos consultores junto da UNESCO, do Conselho da Europa e da União Europeia. Para uma informação mais detalhada visite o sítio de internet da Associação Portuguesa das Casas Antigas: www.ap-casas-antigas.pt.

nacionais. As casas portuguesas têm uma dimensão, um aspecto e um conforto humanos, o que lhes dá um carácter próprio, e, invariavelmente, as pessoas de outros países que nos visitam sentem isso, melhor do que nós, que já estamos habituados.

Que apoios tem tido a APCA por parte de entidades oficiais? Por exemplo, do IGESPAR?

São necessários fundos públicos para manter e recuperar as CA. Se isso não acontecer, ou se acontecer como vem sucedendo até agora, a Nação perde porque o património desaparece. O que estamos a fazer corresponde a um enorme benefício para o Estado, porque estamos a manter um património com um custo muito inferior ao que corresponderia se, em vez de sermos nós, fosse o Estado a fazê-lo. As contas, difíceis em Portugal, já são feitas a nível europeu e não há nenhum caso em que os Estados não compreendam e estejam dispostos a apoiar este processo. Esperamos que isto também venha a acontecer em Portugal. Aliás, o actual Ministro da Cultura revelou interesse em contribuir para a salvaguarda do património construído. Temos um protocolo de colaboração com o IGESPAR que visa, essencialmente, a classificação e a manutenção das CA. Neste momento, há propostas de uma colaboração com o Ministério da Cultura e o IGESPAR no levantamento das tais 10 000 casas que se calcula existir e que merecem ser inventariadas: o estado actual, a sua história, etc.. Uma primeira parte desse trabalho já foi feito, à nossa custa, mas queremos alargá-lo tornando-o mais eficaz. Pretende-se executar o trabalho, repartir os custos e encontrar formas de financiamento para este projecto público-privado. Neste momento, a questão está a

ser avaliada e estamos à espera de uma orientação para começarmos.

E a nível europeu, qual o contexto das CA e como se insere nele a APCA?

Somos membros da União Europeia das Associações de Proprietários de Casas Históricas (Union of European Historic Houses Association) que é, por seu turno, membro de pleno direito da Europa Nostra. Nós somos membros indirectamente mas temos acesso directo às acções, às assembleias, às informações e ao poder do lobby que a Europa Nostra tem.

Quais são as linhas mestras para o futuro da APCA a médio prazo?

Neste mandato da direcção pretendemos concretizar alguns pontos. Há três principais: primeiramente, ajudar os sócios a encontrar e a pôr em prática soluções que permitam sustentar as casas com receitas por elas geradas. Em segundo, conseguir

HUGO O'NEILL

Hugo O'Neill, Chefe da Casa de O'Neill, Monarcas da Irlanda Gaélica e Reis do Ulster, é consultor autónomo para investimento em valores mobiliários registado na Comissão do Mercado de Valores Mobiliários e proprietário da Quinta das Machadas, em Setúbal. Esta propriedade foi construída em 1770 pelo seu 7.º avô, Jacob Friederich Torlade, cônsul da Liga Hanseática, cuja filha casou com Carlos O'Neill, o primeiro varão da família O'Neill nascido em Portugal. Está em curso, na Quinta das Machadas, um projecto de recuperação do sistema original de rega que, no século XVIII, foi pioneiro no desenvolvimento da produção intensiva de laranja, na região de Setúbal. Este projecto pretende tornar-se referência da revitalização dos métodos de produção e do sentido estético próprios de uma quinta de produção e de recreio setecentista.

“O que estamos a fazer corresponde a um enorme benefício para o Estado, porque estamos a manter um património com um custo muito inferior ao que corresponderia se, em vez de sermos nós, fosse o Estado a fazê-lo.”

Fernando Ferreira (Setúbal)



que o Público e o Governo reconheçam o real valor deste património, e que o Governo se disponha a rever a legislação para a protecção e o enquadramento das casas e co-financiar os encargos com a sua conservação. Neste ponto inclui-se o acesso aos fundos comunitários e a outros fundos, como o da reabilitação, cuja aplicação exclusiva ao património estatal contestamos. Por último, aumentar o número de associados e colaborar com associações congêneres de modo a conseguir um maior poder negocial com as autoridades, tanto nacionais como comunitárias.

Que espera conseguir a APCA com o protocolo que irá assinar brevemente com o GECORPA?

Consideramos que há, indiscutivelmente, um contributo importante do GECORPA, uma vez que possui os mais profundos conhecimentos sobre aspectos associados com as técnicas e com os problemas de conservação. Quando um projecto de recuperação é realizado segundo a metodologia preconizada pelo GECORPA, há a segurança de que as várias componentes da questão são contempladas e que, por consequência, a solução é mais eficaz do que se fossem quatro ou cinco empreiteiros a realizá-lo, sem terem, muitos deles, uma qualificação para tal.

Uma mensagem final para os leitores da Pedra&Cal...

Há muitas coisas que não estão na nossa mão e uma delas é o interesse do público em geral por este património. Penso que há uma certa intimidação, as pessoas hesitam em visitar uma casa ou a procurar informações. Assim como há da nossa parte o interesse em abrir as nossas casas, gostaríamos que houvesse um movimento inverso do lado do público, que procurasse, se interessasse e, eventualmente, tomasse a iniciativa de bater à porta dos proprietários para manifestar-lhes o interesse em conhecer. Os donos das CA fazem um esforço e gostam que exista, por parte do público, a curiosidade, quanto mais não seja, por aquilo que corresponda à história das casas. A APCA abre as casas para que as pessoas possam desfrutar das mesmas, mas tem que haver um interesse equivalente e uma compreensão da importância dessa atitude, justamente para permitir a manutenção das CA. Está na mão de todos não deixar deteriorar mais o Património.

Entrevista de
JOANA GIL MORÃO
Textos de
ELISABETE CONCEIÇÃO